

MULTIDÃO

Redes de ação coletiva na Zona Leste de São Paulo

MULTITUDE

Collective action networks in the East Zone of São Paulo

A. Beatriz Amanda Dias & B. Eneida de Almeida

Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu
(PGAUR/USJT), Brasil

beatrizdias.arq@gmail.com

eneida.almeida@saojudas.br

RESUMO

O presente trabalho investiga a aplicação do conceito de comum, de Dardot & Laval, em paralelo à noção de fazer coletivo da multidão, de Hardt & Negri, e às considerações de Lemke sobre as proposições desses últimos, aproximando-os à observação empírica da ação dos grupos coletivos periféricos oriundos da Vila Flávia, distrito de São Mateus, na Zona Leste de São Paulo. Os resultados apontam para a transformação da cidade por meio da ação social em rede, evidenciando que a ressignificação do espaço urbano não deve estar sujeita exclusivamente às lógicas estatal e mercantil, mas pode, diversamente, atrelar-se diretamente aos processos sociais vinculados à autonomia de organização e à produção dos indivíduos em atividades comunitárias e coletivas, prezando por processos de codecisão e colaboração, a fim de propor um ambiente de convivência plural e democrático.

Palavras-chave: Coletivos Urbanos, Processos de Organização, Autogestão, Produção Urbana.

Linha de Investigação: Dinâmicas Urbanas.

Tópico: Urbanismo insurgente e coletivos urbanos

ABSTRACT

The present work investigates the application of the concept of common, by Dardot & Laval, in parallel to Hardt & Negri's notion of collective doing multitude, and to Lemke's considerations on the propositions of the latter, bringing them closer to the empirical observation of the action of peripheral collective groups from Vila Flávia, district of São Mateus, in the East Zone of São Paulo. The results point to the transformation of the city through social action in a network, showing that the redefinition of the urban space should not be subject exclusively to the state and mercantile logic, but can, in turn, be directly linked to the social processes linked to the autonomy of organization and production of individuals in community and collective activities, valuing processes of codecision and collaboration, in order to propose an environment of plural and democratic coexistence.

Keywords: urban collectives, organization processes, self-management, urban production.

Research line: Urban Dynamics.

Topic: Insurgent urbanism and urban collectives.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo investigar a aplicação do conceito de multidão, de Hardt & Negri, na ação dos grupos coletivos periféricos oriundos da Vila Flávia, distrito de São Mateus, na Zona Leste de São Paulo, considerando a relevância de suas atuações de apropriação do território urbano no cenário cultural da cidade. Pretende-se abordar a potência dos modos de atuação descentralizados e autogestionados em ressignificar territórios periféricos por meio da iniciativa comunitária, com vistas a fortalecer a relação entre identidade, coletividade, cidadania e espaço urbano¹.

O conceito de multidão de Hardt e Negri (2016) permite entrever uma perspectiva de tecer relações sociais para além do capital, apoiada na multiplicidade horizontal e coletiva, articulando-se à possibilidade de autogoverno dos comuns, conforme a acepção de Dardot e Laval (2017).

As recorrentes mobilizações coletivas do século XXI, produzidas em contextos urbanos marcados pelos fenômenos de segregação socioespacial, são investigadas como alternativas possíveis de organização social que põem em xeque a representatividade política institucional, criando redes horizontais de participação popular voltadas a reivindicações não contempladas pelas políticas públicas. A conceituação dos processos autogestionados é aqui apresentada por intermédio do Princípio do Comum, de Dardot & Laval, cujo caráter de pluralidade e multiplicidade é reforçado por meio do fazer coletivo da multidão, de Hardt & Negri.

O método adotado busca abordar o tema sob os aspectos imateriais, de dimensão simbólica, que produzem a ressignificação de espaços por meio da ação popular de base, mediante a observação empírica da rede de coletivos originalmente da Vila Flávia, Distrito de São Mateus, Zona Leste de São Paulo.

A cultura de colaboração permite mobilizar a cooperação entre distintos coletivos ao redor de vários aspectos, como a temática das ações, os objetivos, o território em que atuam e o público alvo. As abordagens observadas apontam para o modo de articulação em rede, conceituação desenvolvida por Manuel Castells.

O conceito de multidão evidencia que o comum corresponde a uma produção coletiva deliberada, e menos como um dado inerente às formas de organização social. Diante das possibilidades do comum, o conceito de multidão mostra-se como um conjunto de singularidades composto por forças sociais em um campo fragmentado, em que cada componente singular do movimento desenvolve sistemas de valor que evoluem em direções próprias, independentes de toda e qualquer totalização e, não obstante manterem relações contraditórias uns com os outros, participam do mesmo projeto de construção de um novo tipo de realidade social. É nessa perspectiva de interação social e estímulo à colaboração entre diferenças que, segundo Hardt e Negri, se produz o comum, enquanto possibilidade de comunicar e agir conjuntamente, ou seja, como um fazer coletivo da multidão.

Os resultados apontam para a transformação da cidade por meio da ação social em rede, evidenciando que a ressignificação do espaço urbano não deve estar sujeita exclusivamente às lógicas institucional, estatal ou mercantil, atrelando-se diretamente aos processos sociais que dizem respeito à autonomia de organização e produção dos indivíduos em atividades comunitárias e coletivas, prezando por processos de codecisão e colaboração, avistando um ambiente de convivência plural e democrático.

¹ Realizado com o apoio da Universidade São Judas Tadeu, por intermédio de concessão parcial de bolsa, o estudo vincula-se ao Projeto de Pesquisa "Memória, Identidade e Cidadania", enquanto desdobramento da pesquisa desenvolvida no mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Judas Tadeu (PGAUR/USJT).

1. Redes de ação coletiva

A ação no território requer o entendimento das dinâmicas e dos fenômenos que tensionam e influenciam a vivência urbana, evidenciando potencialidades que se manifestam nas brechas políticas e em apropriações criativas e coletivas, a fim de propor intervenções no espaço público que propiciem uma aproximação entre cidade, arte e política.

Manuel Castells observa, em seu estudo sobre os *movimentos sociais na era da internet* (2013), a capacidade de produzir novos valores e, em consequência disso, transformar as instituições nos modos de representar e organizar a vida social. Essa competência em ocupar os espaços da cidade, segundo Castells, tem um papel fundamental de envolver a população e de gerar significado, precisamente pelo simbolismo invocado na reivindicação do direito de uso do espaço urbano, transformando-o em um espaço político.

Hardt e Negri afirmam que a resistência frente ao exercício do poder não é apenas uma reação, ou seja, não é posterior ao modo de poder, mas é inerente à própria liberdade. Os autores enfatizam que os modos tradicionais de resistência não são suficientes no âmbito biopolítico da atualidade e que a pauta precisa ser concebida de maneira ampla, abordando não apenas a produção econômica, mas as relações sociais e as formas de vida, uma revolução na vida, da vida (Hardt; Negri, 2016: 266).

Dentre as mudanças observadas no contexto biopolítico, segundo Hardt e Negri, a resistência dos movimentos sociais reorganiza-se em virtude da mudança no padrão de produção das cidades: além das alterações nas divisões dos espaços de produção, a divisão temporal também tem sido concebida de maneira fluida. Os autores propõem a resistência como um modo de vida, uma vivência cotidiana não manifestada exclusivamente em ocasiões preestabelecidas, mas situada no mesmo horizonte da vida social comum.

Hardt e Negri sublinham que os movimentos sociais, ao se ancorarem nas formas de afirmação da identidade de grupos atingidos pela invisibilidade, tornam-se um veículo de resistência aos modos de poder, desafiando, assim, as estruturas de uma sociedade hierárquica e desigual, e seus modelos tradicionais de representatividade. Os autores sinalizam a tendência democrática evidenciada nas revoltas, resistências e revoluções, por meio da organização de redes, que viabilizam a participação popular, priorizando as relações sociais horizontais, em substituição às organizações verticais.

Dentre as formas de mobilização social relevantes na atualidade, destaca-se o papel dos grupos coletivos que se multiplicaram, no Brasil, principalmente após as Jornadas de Junho de 2013, desenvolvendo ações, *a priori*, desvinculadas do poder do Estado.

Observa-se que não há uma definição consensual para o conceito de coletivo, entretanto, é possível reconhecer características comuns nos modos de mobilização desses grupos: não apresentam formação fixa; priorizam formas de organização horizontais, não hierárquicas e independentes; associam-se por meio das atividades propostas e das afinidades entre os participantes; as ações, preferencialmente, articulam-se em redes de colaboração e de compartilhamento de informações e decisões.

A cultura de colaboração presente nos coletivos dissipa barreiras de comunicação, favorecendo a cooperação entre grupos distintos de coletivos, geralmente, associada à temática das ações, ao território em que se situam, aos objetivos, ao público alvo, dentre outros aspectos estruturadores das ações propostas.

O estudo desenvolvido por Manuel Castells (1999) sobre a “Sociedade em Rede”, assinala que os avanços tecnológicos no cenário geopolítico podem impulsionar novos modos de organização da sociedade. Nesse

sentido, o autor enfatiza a relevância da constituição de redes digitais baseadas em afinidades sociais, econômicas e políticas. As redes, enquanto nós interconectados, caracterizam-se por serem

estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam se comunicar dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação. Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio (Castells, 1999: 566).

Castells adverte que o modo de organização em rede não é exclusivo da era da tecnologia da informação, mas é potencializado por novos modos de comunicação, que possibilitam transpor certos limites da estrutura social. A constituição de redes, segundo o autor, é operada pelo ato de comunicação caracterizado pela troca de informações, em um processo contínuo de construção de significados, em contextos cada vez mais diversificados de relações interpessoais. Dessa forma, a estratégia de organização em redes permite subverter o conceito de individualidade, ao investir em meios de conexão baseados no compartilhamento dinâmico, ampliando a visibilidade e o alcance das ações propostas.

2. Comum: o fazer coletivo da multidão

A conceituação de Dardot e Laval sobre o princípio do comum baseia-se na possibilidade de oposição ao sistema que prioriza o lucro e a concorrência global, no âmbito da produção capitalista contemporânea desterritorializada; controla e constrói novos sujeitos; capitaliza as relações sociais, ao produzir o transbordamento da produção econômica para esfera da reprodução social. Nesse contexto, os autores apontam o potencial das ações autogestionadas enquanto estratégias de oposição à racionalidade neoliberal, à crise de representação política e a formas alienadas de relações sociais.

A palavra *comum* tornou-se símbolo de mobilização e de resistência, marcando um novo momento nas lutas contra o neoliberalismo em escala mundial e traduz novas formas de viver em oposição aos processos de acumulação, privatização e financeirização. Segundo os autores, as lutas coletivas do início do século XXI aproximam-se do conceito de comum, como “um regime de práticas, movimentos, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista” capaz de “romper a falsa alternativa especular entre Estado e mercado” (Dardot; Laval, 2017: 15-18).

Michael Hardt e Antonio Negri, por sua vez, formularam uma teoria do comum designando-a como autogoverno, qualificando-a como uma forma de organização social, a democracia da multidão. Conforme essa abordagem, o comum, como conceito e alternativa, em origem, foi alvo de uma exclusão, fruto da polarização entre público e privado, sinalizando a urgência de projeto de reconquista cujo primeiro passo é a expansão do comum e do poder de democracia da multidão.

O conceito de multidão, segundo os autores, é caracterizado pelas suas subjetividades: a multidão opõe-se ao individualismo como corpo social. Trata-se de um corpo social aberto e inclusivo, caracterizado pela ausência de limites em seu estado originário, de mistura entre grupos e camadas sociais, constituído por fluxos de experiências e de produções subjetivas, delineadas por diferenças e singularidades:

A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem

muito menos na indiferença), mas naquilo que têm em comum (Hardt; Negri, 2005: 140).

Os autores propõem multidão como um conceito que ocupa e organiza as brechas nas relações sociais, para além do capital, gerando a possibilidade do autogoverno dos comuns, ao favorecer a multiplicidade horizontal e coletiva. Ressaltam que a multidão não é um sujeito político espontâneo, mas um projeto de organização política. Nesse sentido, apontam um deslocamento da perspectiva de “ser multidão” para o “fazer multidão”, entendendo que esse processo está alicerçado no princípio do comum.

Hardt e Negri acentuam que a capacidade de organização autônoma da multidão, evidenciada pela cooperação e produção coletiva, é rebatida diretamente no campo político. Empregam a noção de biopolítica para designar a produção baseada no comum e que resulta no comum. Sob esse aspecto, os autores demonstram que o fazer da multidão excede os limites do poder, indicando sua incompatibilidade com o sistema dominante (Hardt; Negri, 2016: 201).

O papel desempenhado pela metrópole como espaço do antagonismo e da resistência, como ambiente não só do encontro com a alteridade, mas também com o imprevisível e o aleatório, no qual se sobrepõem multiplicidades e singularidades, estabelece sua relevância por representar o próprio o contexto da produção biopolítica e o sustentáculo para a atividade da multidão. Ao assinalar que a produção do comum tem se tornado a vida da própria metrópole, uma vez que a produção está por toda a parte, os autores enfatizam a ausência de externalidades, legitimando, assim, a analogia: “a metrópole está para a multidão como a fábrica estava para a classe operária industrial” (Hardt; Negri, 2016: 278).

Uma vez que as metrópoles do mundo globalizado não se apresentam como espaços homogêneos, convém destacar que a multidão é também desigual. As divisões geográficas interferem nos modos de organização, porém é precisamente a segregação socioespacial um dos aspectos mais persistentes do fenômeno urbano contemporâneo. Se, por um lado, a expansão espraiada acentua desigualdades, por outro, faz surgir novas formas de organização comunitária, indispensáveis para minimizar a exclusão produzida pela incúria das ações institucionais.

O respeito à diversidade e à promoção de formas democráticas de gerir os comuns é condição indispensável para se alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. A multidão, nessa lógica, é composta por singularidades que não conduzem à unidade, mas sim à autonomia em uma rede de cooperação. Desse ponto de vista, os autores apontam que “a fratura das identidades modernas não impede que as singularidades atuem em comum” (Hardt; Negri, 2005: 146).

A perspectiva de que a multidão não seja um aglomerado de uma única identidade, mas composta de diferentes singularidades é, segundo Hardt e Negri, a indicação do comum como um campo de multiplicidade. Os membros da multidão são diferentes e não precisam abdicar de sua criatividade ao cooperar entre si. A multidão é a inteligência coletiva nascida da comunicação e da cooperação da multiplicidade. O comum está na produção de subjetividades inerentes às singularidades da multidão.

Interessa aqui trazer Lemke (2018) à discussão, tendo em vista que o autor apresenta um panorama histórico da noção de biopolítica e investiga como o termo foi atualizado por Hardt e Negri, esclarecendo que eles se valem de teses do movimento italiano de autonomia operária, assim como da tradição marxista, associando-as à crítica pós-estruturalista da identidade e do sujeito. Ao reunir essas diferentes matrizes de reflexão, pretendem compor um quadro abrangente dos processos de dominação e, assim, indicar possibilidades de resistência política. Essa discussão, esclarece Lemke, ultrapassou os círculos acadêmicos e os ambientes

universitários, tendo sido assimilada por ativistas que procuravam um instrumental teórico para a análise dos processos globais de reestruturação política e das tendências de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, bem como referência para a própria prática.

Em *Império* (2000), prossegue Lemke, Hardt e Negri sinalizam a existência de uma mobilização incontida de todas as forças individuais e coletivas a serviço da produção de mais-valia. Segundo os autores, todos os domínios da vida estão submetidos à lei de acumulação, o que concorre para que toda a riqueza social esteja vinculada à produção biopolítica, isto é, à produção da própria vida social, na qual as esferas econômica, política e cultural tendem cada vez mais a se sobrepor.

Em *Multidão* (2005), a descrição do “sistema de dominação ilimitado inverte-se na visão da resistência e da libertação” conectando o “diagnóstico sombrio a uma promessa revolucionária”, mostrando-se a resistência como a outra face da moeda da soberania imperial. Desse ponto de vista, “a ordem biopolítica desenhada por Hardt e Negri contém concomitantemente as condições materiais para formas de associação cooperativa que poderia deixar para trás os constrangimentos capitalistas das relações de produção” (Lemke, 2018: 102).

Em certa medida, observa Lemke, os autores ainda se amparam em Foucault quando assinalam que não há unicamente obediência ao poder, o que coloca as práticas de resistência como elementos centrais dessa dinâmica:

Se o biopoder representa o poder sobre a vida, então é justamente essa vida que forma o terreno sobre o qual se constituem contrapoderes e formas de resistência. A biopolítica, entretanto, não se encontra somente em oposição ao biopoder, mas também o precede ontologicamente. O biopoder reage a uma força viva e criadora que lhe é exterior e busca regulá-la e formá-la, sem conseguir, contudo, absorvê-la. A biopolítica refere-se aqui à possibilidade de uma nova ontologia que parte do corpo e de suas forças (Lemke, 2018: 103-104).

O interesse de trazer Lemke a este estudo baseia-se tanto na síntese apresentada, quanto nas considerações críticas dirigidas ao conceito ontológico de biopolítica proposto por Hardt e Negri, em concordância com Foucault,

é disposto de modo tão abrangente que necessariamente não fica claro como ele se distingue de e se relaciona com outras formas de ação política e social. Por outro lado, ele permite pôr em cena uma dramaturgia bem concebida que sempre contrapõe dois princípios, ao invés de analisá-los em um “campo de imanência” (Hardt; Negri, 2004: 82), como os autores demandam programaticamente: a Multidão produtiva, vital e autônoma luta contra o Império improdutivo, parasitário e destruidor (Lemke, 2018: 106).

Seguindo as pistas de Lemke, a ontologização da biopolítica de Hardt e Negri contém um efeito despolitizante, na medida em que “concebem a multidão como uma força igualitário-progressista *per se*” como se as lutas políticas fossem “nada mais que corporificações de princípios ontológicos abstratos que transcorrem quase automaticamente, sem engajamento, intenções e afetos dos agentes concretos (*cf.* Saar, 2007: 818)”.

De acordo com Lemke, convém, portanto, recolocar o foco da resistência na “descoberta de uma produção que segue outros objetivos e do desenvolvimento de um desejo por formas de vida alternativas – autônomas e igualitárias” (Lemke, 2018: 108). Por esse prisma, a multidão e a busca pelo comum, tendo em vista que possibilitam a expressão de diferenças de maneira mais livre, mediante a formação de uma rede aberta de

produção e comunicação, permitem exercitar tensões e tecer novos acordos, atravessando diversas esferas da vida, conectando os domínios do econômico, político e social, ao simbólico. Nessa perspectiva, a cultura do comum possibilita articular as ações políticas às práticas estéticas e, assim, desenvolver uma experiência sensível e criativa, associada às estratégias de proteção e apropriação daquilo que pertence a todos. Ao mesmo tempo em que desafia a ordem estabelecida, por intermédio de processos coletivos e colaborativos, transforma e ressignifica o espaço urbano.

3. A ação coletiva em São Mateus vista sob a lente dos conceitos aqui examinados

Com base na discussão apresentada até aqui, compreende-se o território periférico como um espaço de insurgência, que se coloca como resistência às políticas segregadoras e opõe-se à manutenção das hierarquias sociais. Diante disso, optou-se por abordar a ação em rede na periferia de São Paulo, mais precisamente na Vila Flávia, no distrito de São Mateus (Zona Leste), identificado como um importante expoente no que diz respeito ao modo de organização coletiva em rede, que se reflete em ricas iniciativas culturais que incidem no próprio território habitado.

As singularidades propostas pelo conceito de multidão englobam os diferentes modos de percepção da realidade, e das possibilidades de expressão dos grupos organizados, ancorados em um processo de articulação horizontal e táticas contra-hegemônicas de embate com a cidade, com o propósito de criar circuitos culturais de enfrentamento dos mecanismos de exclusão, ao mesmo tempo em que buscam superar os conflitos inerentes à ausência de políticas identitárias e multiculturalistas.

A ação em rede de São Mateus teve início em meados de 1980, por conta das rodas de samba, dos movimentos de posse do hip-hop e dos encontros nos quintais das casas, que se fundiam com espaço público daquela localidade. Herdeiros de uma trajetória insurgente, os coletivos exerceram o papel não só de suprir a carência de equipamentos culturais, tão acentuada nessa região, mas também de afirmar identidades, no sentido de reconhecer e prestigiar a cultura local, de modo a permitir a ressignificação do olhar sobre a paisagem do lugar e sobre sua própria história (Fig. 01), por meio de práticas estéticas urbanas.



Fig. 01: Localização da Vila Flávia. Base: Google Earth. Elaboração da autora 1.

A rede de coletivos da Vila Flávia organiza-se a partir do espaço comunitário São Mateus em Movimento, que promove encontros, debates e ações coletivas na comunidade. Dentre os principais coletivos atuantes nesse núcleo comunitário, destacam-se: Grupo Opni, Coletivo Coletores, Sarau Comungar, Clã Destino, Coletivo Via e Odisseia das Flores (Fig. 02).

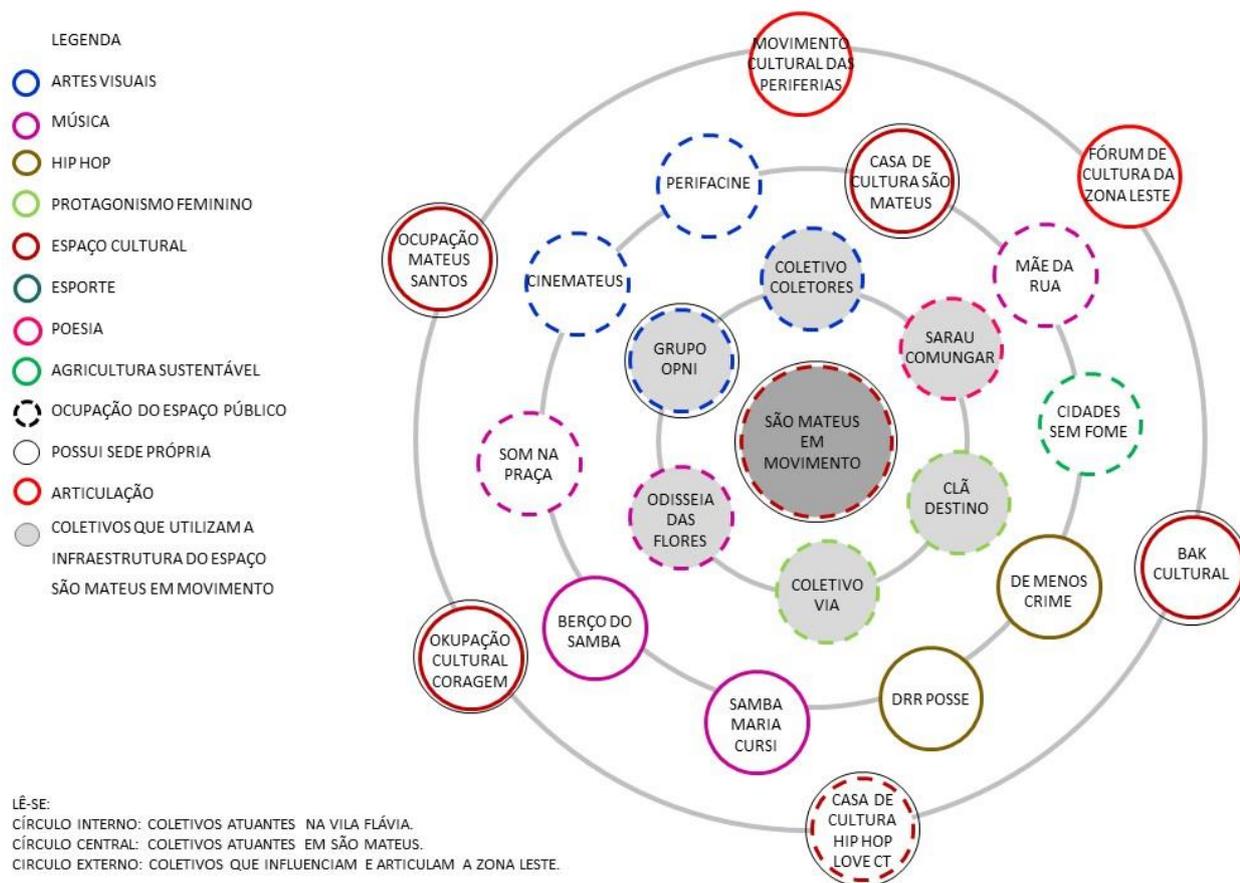


Fig. 02: Articulação dos coletivos atuantes em São Mateus e principais influências na Zona Leste. Elaboração da autora 1.

Não obstante a inegável capacidade aglutinadora dos coletivos em prol do fortalecimento das identidades locais – e consequentemente da autoestima dos cidadãos periféricos –, bem como a potencialidade das ações que articulam discursos e imagens, ações políticas e poéticas, é importante problematizar aspectos que expõem algumas fragilidades das dinâmicas, caracterizadas por processos não lineares de diálogos e conquistas, certamente não isentos de conflitos.

Desse ponto de vista, convém observar que, durante o processo de acompanhamento e aproximação aos coletivos aqui estudados, notou-se indiscutível a condição preponderante de trabalhos protagonizados por homens. Considerando o conceito de *multidão*, de Hardt e Negri, como uma multiplicidade de identidades, verifica-se a falta de pluralidade na formação dos grupos que, embora questionem padrões preestabelecidos, carecem de uma representatividade mais diversificada e plural, principalmente com relação à participação

feminina. Sendo assim, a reprodução de padrões presentes em outros âmbitos da sociedade ainda é verificada na produção dos coletivos, que avança nos aspectos de cooperação, mas ainda é incipiente ao repensar o papel de outras identidades nas produções recentes.

O envolvimento de parcela da população nas atividades propostas demonstrou que as ligações criadas a partir das identidades são o combustível da transformação territorial, o que viabiliza a articulação entre os grupos e reforça os efeitos das ações autogestionadas e coletivas no território. A utilização dos muros como suporte dos grafites e das projeções artísticas, incide sutilmente no espaço físico, na sua condição material precária; porém, as transformações revelam um amplo alcance de estimular o imaginário, de criar vínculos de pertencimento, ao propiciar a criação de novas paisagens, que remetem a referências imateriais e simbólicas.

Verifica-se um modo de resistência que não se limita a uma disputa do campo econômico, mas estende-se aos modos de vida, firmando-se no campo das relações sociais imbricado à vivência cotidiana. Assim, a autonomia das ações e sua representação estão relacionadas à construção coletiva ao longo do tempo e à subjetividade das experiências dos indivíduos, evidenciada nas dimensões culturais e estéticas. O Grupo OPNI, fundado em 1997, tem promovido desde sua origem a criação de uma galeria de arte a céu aberto, com seus grafites que reinterpretam temas do cotidiano da periferia. Uma das iniciativas propostas interveio nos muros que delimitam uma obra inacabada de infraestrutura urbana de retificação de um curso d'água que não recebeu tratamento. As imagens criticam a carência dos serviços básicos, ao ironizar a contaminação das águas, com a presença de animais marinhos nos muros das casas vizinhas (Fig. 03).



Fig. 03: Favela Galeria, Grupo OPNI. Fonte: Acervo da autora 1, 2018.

Destaca-se, ainda, o diálogo formado pelos grupos com o propósito de construir uma nova narrativa periférica, em busca de maior visibilidade política e de subversão da lógica de produção e de fruição do espaço público. As iniciativas colocam em pauta a ação comunitária artística e ativista que se constrói na experiência do cotidiano, valorizando a produção em rede, na qual se rarefaz a noção de direitos autorais, de modo a reiterar a coletividade em detrimento da individualidade.

Desse modo, a principal potencialidade da articulação em rede é o estabelecimento dos vínculos entre diversos sujeitos, fortalecendo a cooperação e contribuindo para a multiplicidade das ações, na medida em que a rede assegura, em grande medida, a pluralidade dos sujeitos envolvidos. A estrutura de colaboração dos coletivos não corresponde aos modos tradicionais de associação e não impede o estabelecimento de processos de criação e decisão horizontal. O Coletivo Coletores, criado em 2008, iniciou suas intervenções na Vila Flávia, deslocando-se, em tempos mais recentes, para áreas centrais da cidade. Seus projetos, de caráter tecnológico, correspondem a vídeo-performances, que transitam entre o real e o midiático, problematizando a presença dos sujeitos periféricos na cidade (Fig. 04).

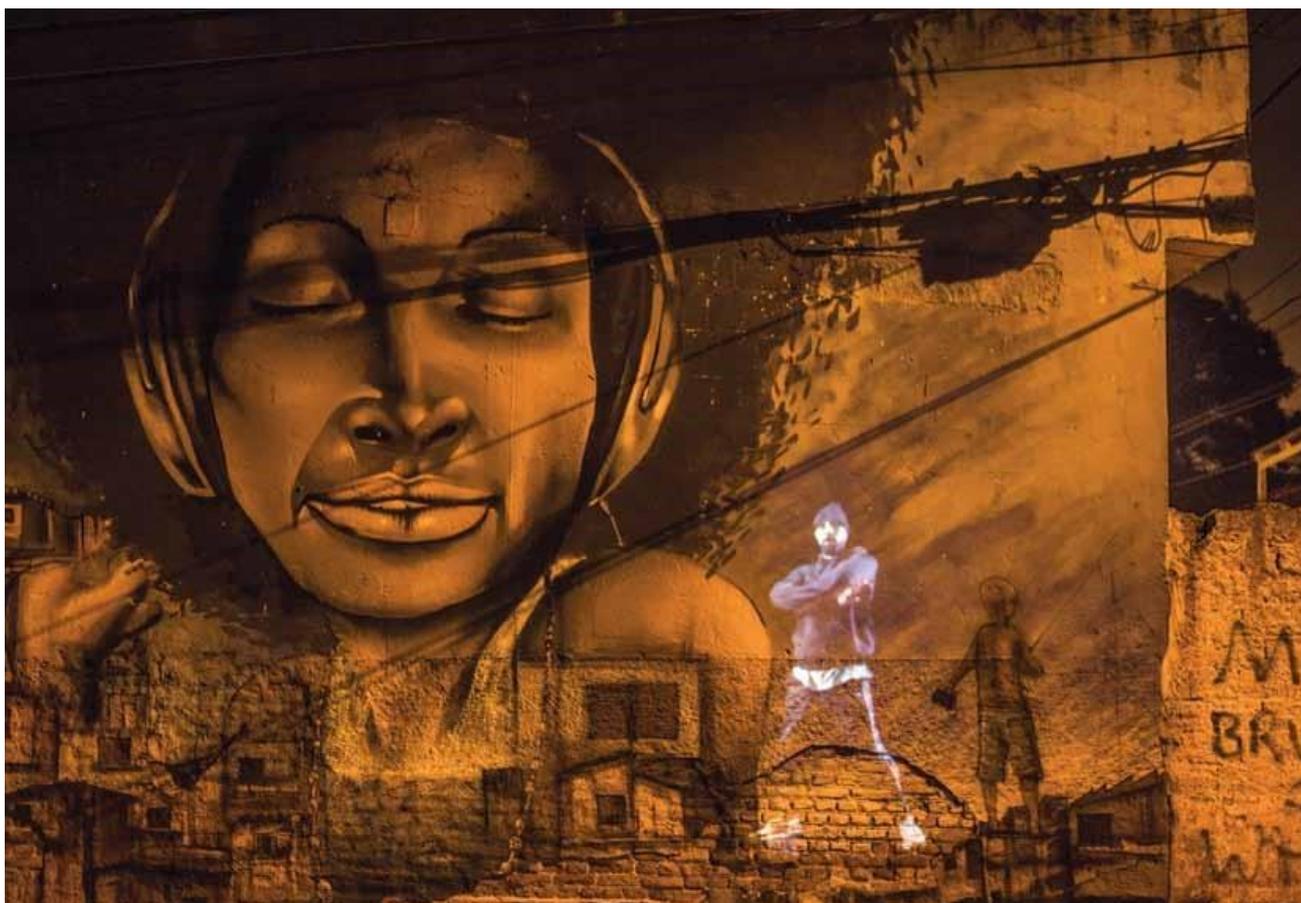


Fig. 04: Vídeo performance de dança coexistindo com o grafite, Coletivo Coletores. Fonte: Santos *et. al.* (2014) p. 22. Recuperado em 12 de abril de 2018 de https://issuu.com/flacama/docs/inter_exos_territ_rios_e_paisagens.

Ressalta-se que a mudança cultural produzida pelas ações coletivas não segue um rumo predeterminado, uma vez que pode haver múltiplas reverberações das atividades. A ausência de liderança dos movimentos,

característica do comum, pode ser lida como rejeição da representação personificada. A horizontalidade favorece a cooperação e a solidariedade, aspectos geralmente negligenciados nas lideranças formais que caracterizam as formas de competição típicas dos modelos de governanças empresarial e estatal.

Um dos principais obstáculos à continuidade das atividades da produção dos coletivos periféricos é o financiamento das ações. As formas de financiamento (editais públicos, ou privados) interferem diretamente na formulação da proposta e na própria formação dos coletivos, por envolver questões burocráticas e administrativas. É importante assinalar o abismo existente entre os protocolos hierárquicos da cidade legal e os arranjos informais de autogestão coletiva das periferias. Nas situações mais favoráveis, o poder público apoia-se no conhecimento dos coletivos para elaborar editais e programas, demonstrando o reconhecimento da potencialidade das ações. Por outro lado, não é raro os coletivos realizarem projetos sem receber qualquer auxílio financeiro externo. Ao se questionar os motivos desse engajamento, os grupos com os quais se manteve contato argumentaram que o autofinanciamento fortalece a autonomia das decisões, estimulando as redes de colaboração.

4. Considerações Finais

A periferia, enquanto espaço desprovido de equipamentos públicos, penalizada pelo alto índice de vulnerabilidade e de violência, cria uma série de signos que se relacionam à identidade periférica e tenta suplantar a segregação socioespacial que caracteriza a dinâmica de expansão urbana, marcada pela desigualdade de direitos e escassez de investimentos, se comparada às áreas centrais do tecido metropolitano.

Do ponto de vista das políticas socioculturais, é incontestável a má distribuição dos equipamentos destinados à cultura no território metropolitano. Os grupos que atuam nessas áreas reconstróem sua realidade ao fomentar a visão crítica do contexto em que vivem, procurando, por meio de ações colaborativas, mitigar o baixo investimento estatal nos serviços de formação cultural. As ações em rede apresentam como legado a reconstrução da autonomia cidadã nos processos de decisão, e de inclusão das minorias negligenciadas pelo poder político, mediante a interação entre identidades e território facilitadas pelas ferramentas de comunicação digital.

As ações dos coletivos evidenciam o papel do habitante como sujeito que mantém vínculos de pertencimento com o lugar, ao subverter a lógica tradicional de usufruto da cidade. Nesse sentido, os coletivos culturais, ao se articularem em rede, de maneira autogestionada, possibilitam o protagonismo do cidadão na produção e na ressignificação dos espaços públicos, transformando a própria paisagem urbana.

Interligar as noções de biopolítica concebidas por Hardt e Negri nas proposições do *Império* e da *Multidão*, às oportunas observações de Lemke que deslocam as forças de resistência da multidão da condição de um “biodesejo” inato, para a expressão de um desejo deliberado por formas de vida autônomas e igualitárias, aproximando-as à compreensão princípio do comum, apresentado por Dardot e Laval, como um princípio político emergente da insatisfação e da contestação da ordem dominante, possibilita pensar o comum como um princípio norteador para a efetivação das ações coletivas, uma experimentação inovadora, que se embasa na administração coletiva de recursos, espaços e narrativas.

Os estudos empíricos permitem perceber o comum como uma estratégia de cooperação concreta entre grupos livremente constituídos, uma forma de subverter os modos de produção instituídos, oficiais, potencializando o desenvolvimento individual no seio de uma ação coletiva, por via da complementação ao funcionamento dos organismos institucionais.

A participação social é o elemento que potencializa os vínculos entre pessoas e território. É notável a relação estabelecida entre os integrantes dos coletivos com o espaço público, configurando um lugar de pertencimento, conectado com práticas de cooperação e coabitação. Essa condição de subjetividade que se articula a uma dimensão coletiva e potencializa as ações de ressignificação da própria vivência, é o que fortalece a resistência desses grupos frente ao desamparo das políticas públicas e, por fim, legitima os discursos que reivindicam visibilidade e participação ativa nos modos de produzir cidade.

O cruzamento de referências teóricas com o relato da experiência dos coletivos pode inspirar um urbanismo que estabeleça novas relações com o meio urbano, para além da visão administrativa de caráter prioritariamente prescritivo, que se impõe por meio do ordenamento da cidade, de forma a aprofundar a interação com os diversos grupos sociais e, assim, favorecer os processos de apropriação dos espaços públicos, transformados em lugar de pertencimento e de experiências de cidadania.

Bibliografia

CASTELLS, M. (2017). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1999). *Sociedade em Rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura (Vol. 1)*. São Paulo: editora Paz e Terra.

DARDOT, P., LAVAL, C. (2017). *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo.

HARDT, M., NEGRI, A. (2016). *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2005). *Multidão: Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2000). *Império*. Rio de Janeiro: Record.

LEMKE, T. (2018). *Biopolítica: críticas, debates e perspectivas*. São Paulo: Politeia.

MARICATO, E. (coord.) (2013). *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior.

SANTOS, T., CAMARGO, F., MARINO, A., SALLES, L. (2014). *Inter-Exos: territórios e paisagens*. São Paulo: Centro Cultural São Mateus em Movimento.